

**PKS**

PUBLIC  
KNOWLEDGE  
PROJECT

**REVISTA DE GEOGRAFIA  
(UFPE)**

[www.ufpe.br/revistageografia](http://www.ufpe.br/revistageografia)

**OJS**

OPEN  
JOURNAL  
SYSTEMS

**DESENVOLVIMENTO E CONFLITO TERRITORIAL - PRIMEIRAS REFLEXÕES  
SOBRE AS COMUNIDADES ATINGIDAS PELO COMPLEXO INDUSTRIAL  
PORTUÁRIO DE SUAPE-PE, BRASIL**

*Mercedes Solá Pérez<sup>1</sup>; Claudio Ubiratan Gonçalves*

<sup>1</sup> *Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. Email: mercedessolap@hotmail.com*

<sup>2</sup> *Professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. Email: birarural@ig.com.br*

*Artigo recebido em 12/08/2012 e aceito em 13/11/2012*

**RESUMO**

Em 1979 se instala “Suape – Complexo Industrial Portuário” em territórios de camponeses dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca no litoral sul de Pernambuco, Brasil. Isso implica numa sobreposição de territórios e, portanto em conflitos territoriais entre as comunidades locais que reproduzem suas vidas e Suape que reproduz o capital. Esse Complexo é produto de políticas de desenvolvimento que vem sendo aplicadas nacionalmente desde os anos de 1950 e intensificadas especialmente no atual contexto de neodesenvolvimento, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, passando também pelo neoliberalismo iniciado na década de 1990. Diante disso a proposta – desde a perspectiva do pós-desenvolvimento – é analisar os conflitos no território das comunidades locais atingidas pela expansão de Suape – Complexo Industrial Portuário. Para isso, realiza-se um breve panorama sobre as comunidades, uma revisão bibliográfica acerca de Suape e das políticas de desenvolvimento especificamente dirigidas ao setor e finalizando, descrevem-se os conflitos que são gerados como consequência dessas políticas de desenvolvimento de megaprojetos nos territórios de vida das comunidades locais. Sendo esta uma pesquisa em estágio inicial, as primeiras constatações que se identificam são acerca das políticas de desenvolvimento que ao se materializarem nos territórios criam conflitos de interesses, sobre o papel do Estado como reprodutor do capital em detrimento das comunidades locais e da necessidade urgente das comunidades resistirem diante do avassalamento que atinge a reprodução nos seus territórios de vida.

**Palavras-chave:** Comunidades locais, Suape – Complexo Industrial Portuário, Conflitos territoriais, Políticas de desenvolvimento, Territórios de vida.

**CONFLICTOS Y DESARROLLO TERRITORIAL - PRIMERAS REFLEXIONES  
SOBRE LAS COMUNIDADES AFECTADAS POR COMPLEJO INDUSTRIAL  
SUAPE PUERTO PE, BRASIL**

**RESUMEN**

En 1979 se instala “Suape – Complejo Industrial Portuario” en territorios campesinos de los municipios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca en la costa sur de Pernambuco, Brasil. Esto implica una superposición de territorios y, por lo tanto, conflictos territoriales entre las comunidades locales que reproducen sus vidas y Suape que reproduce al capital. Este Complejo es producto de políticas de desarrollo que son aplicadas nacionalmente desde los años 1950 e intensificadas especialmente en el actual contexto de neodesarrollo a través del Programa de Aceleración del Crecimiento – PAC, pasando también por el neoliberalismo iniciado en la década de 1990. Frente a esto la propuesta – desde la perspectiva del postdesarrollo – es analizar los conflictos en el territorio de las comunidades locales afectadas por la expansión de Suape – Complejo Industrial Portuario. Para eso, se realiza un breve panorama sobre las comunidades, una revisión bibliográfica acerca de Suape y de las políticas de desarrollo específicamente direccionadas al sector y finalizando, se describen los conflictos generados como consecuencia de esas políticas de desarrollo de mega proyectos en los territorios de vida de las comunidades locales. Siendo esta una investigación en fase inicial, las primeras reflexiones que se identifican son acerca de las políticas de desarrollo que cuando se materializan en el territorio provocan conflictos de intereses, sobre el papel del Estado como reprodutor del capital en detrimento de las comunidades locales y de la necesidad urgente que las comunidades resistan frente al avasallamiento que afecta la reproducción en sus territorios de vida.

**Palabras-clave:** Comunidades locales, Suape – Complejo Industrial Portuario, Conflictos territoriales, Políticas de desarrollo, Territorios de vida.

## INTRODUÇÃO

Desde os anos de 1950, depois do discurso de Harry Truman nos EUA a partir do qual se estabeleciam diferenças entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento (ESTEVA, 2000; LATOUCHE, 2007), as políticas públicas do Brasil, têm-se colocado nessa corrida por alcançar o desenvolvimento. São políticas criadas pelos organismos internacionais de controle – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) –, aplicadas pelo Estado nacional e que visam a reprodução do capital através da modernização dos diversos setores. Trata-se aqui especificamente sobre o litoral sul de Pernambuco que tem sido alvo de processos de desenvolvimento, sobretudo desde os anos de 1970 especialmente com a instalação de um megaprojeto, o Complexo Industrial Portuário de Suape. O objetivo é analisar os conflitos no território das comunidades locais atingidas pela expansão do SUAPE – Complexo Industrial Portuário.

Para isso, propõe-se um breve panorama sobre as comunidades, uma revisão bibliográfica acerca de Suape e das políticas de desenvolvimento especificamente dirigidas ao setor e

finalizando, descrevem-se os conflitos que são gerados como consequência dessas políticas de desenvolvimento de megaprojetos nos territórios de vida das comunidades locais.

## COMUNIDADES LOCAIS ATINGIDAS POR SUAPE

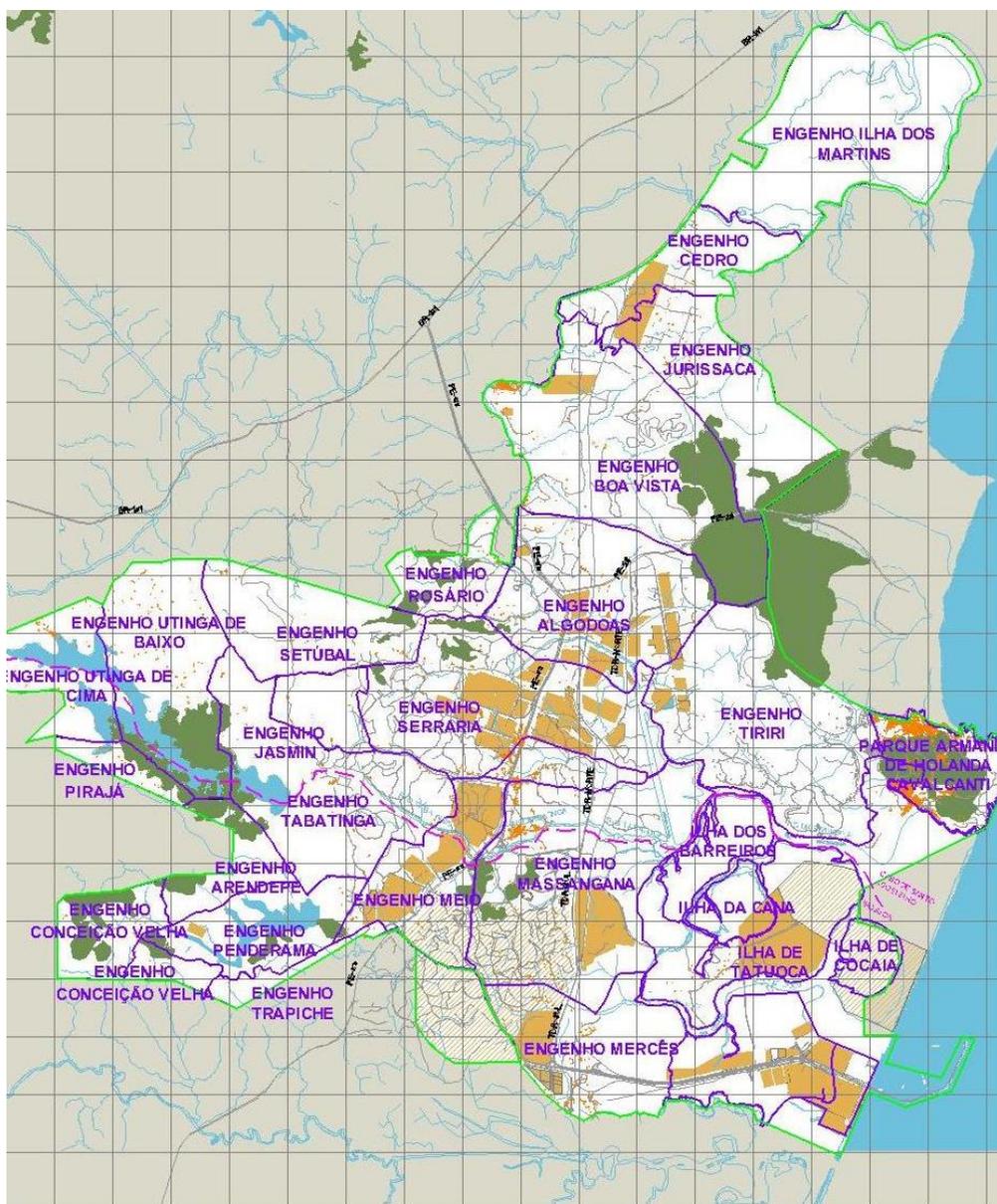
Historicamente as comunidades do litoral sul de Pernambuco tem sua organização espacial em função do trabalho com a cana-de-açúcar e, portanto, em torno dos engenhos. Após a abolição da escravidão, a maneira de manter a mão de obra próxima das usinas, foi a instalação das moradas nos engenhos (DABAT, 2007). Isso significa a organização espacial das comunidades em vinte e sete os engenhos que hoje se encontram dentro de Suape (FIGURA 1).

Os camponeses desses territórios, desde a década de 1960 aproximadamente, têm atividades produtivas relacionadas à criação de animais de pequeno porte; à roça de mandioca, feijão, fruteiras, entre outros; à pesca e ao corte da cana-de-açúcar. São camponeses posseiros que na década de 1970, por conta das pressões sociais tiveram alguns registros de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA – como é o caso dos moradores do Engenho Tiriri.

Apesar dessa conquista, em 1979 quando começa a ser instalado Suape há uma superposição de territórios (SILVEIRA, 2010) que desencadeia em conflitos de interesses pelo uso e ocupação das terras. Na década de 1990 os conflitos se intensificam pela efetivação das expropriações que coincidem com o

processo de modernização dos portos e, na década de 2000 as expropriações são retomadas com a ampliação de Suape incentivadas pelo PAC. São aproximadamente 25 000 moradores em 27 engenhos que, segundo a gerência de Suape, serão retirados nos próximos dez anos (GUIBU, 2012).

FIGURA 1 – Comunidades dentro de Suape. Fonte: Consórcio Planave S.A & Projotec, 2010.



## PROCESSO DE INSTALAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE

O Complexo Industrial Portuário Suape encontra-se nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, na Região Metropolitana de Recife, Pernambuco. Seu Plano Diretor data de 1973, época do começo do projeto, mas as obras começaram em 1977, quando da expropriação de 13 500 ha de terras dos moradores. Em 1978 se cria através da Lei Estadual Nº 7 763 a empresa “SUAPE – Complexo Industrial Portuário”; administrada, de acordo com o Decreto Estadual Nº 15 750 de 1993, pelo governo do Estado de Pernambuco (BRASIL, 2012). As operações se iniciaram efetivamente em 1984 com a exportação de granéis líquidos (álcool). Antes, no governo de Cid Sampaio (1958-1962) houve a instalação de um pólo industrial no município de Cabo de Santo Agostinho (ANDRADE, 1981), por isso o interesse de instalar o Complexo nessa região que já estava relativamente preparada.

Desde a década de 1970 até hoje, o Complexo vem sendo ampliado com a chegada de mais empresas e com as infraestruturas. Em 1983 a Petrobrás instalou quatro tanques de armazenamento de álcool no porto, e se constituiu como a primeira empresa a operar em Suape. Em

1986, por causa do incêndio de um navio de combustível no Porto de Recife, as empresas de derivados de petróleo como BR distribuidora, Texaco, Esso e Shell, se transladaram para Suape. Em 1991, depois de terminada a construção do cais de usos múltiplos, se iniciou a circulação de produtos através de contêineres. Em 2001 a empresa Tecon Suape se instala nos cais 2 e 3 do porto interno, em 2005 começa a construção da Refinaria General José Ignácio Abreu e Lima e atualmente Suape tem mais de cem empresas e outras trinta e cinco em fase de instalação (PERNAMBUCO, 2012). A infraestrutura é formada por cinco cais internos, três terminais externos e um píer petroleiro com dois terminais de atracação ainda em construção. Os cais são divididos em porto externo e porto interno escoando granéis líquidos e contêineres, respectivamente (MEDEIROS, 2005).

É um empreendimento público-privado (*landlord port*), quer dizer que a administração e a terra são públicas, mas as operações são privadas, e os investimentos principais (infraestruturas portuárias e aéreas) chegam atualmente do Programa de Aceleração do Crescimento.

O Complexo se promove como “provedor de bens e serviços para o setor de petróleo, gás natural, *offshore* e naval” (SUAPE GLOBAL, 2008). Sua área de abrangência é o estado de Pernambuco e

parte dos estados de Alagoas e Paraíba (BRASIL, 2012).

As vias de comunicação com Suape são através de rodovias federais – BR 232 e BR 101 – e estaduais – PE 28 e PE 60 –, ferrovia interna comunicada com a Companhia Ferroviária do Nordeste e, claro, a via de comunicação marítima – por um canal com 5 km de extensão, 300 metros de largura e profundidade de 16,5 metros. A malha rodoviária interna possui mais de 40 km de extensão. Há também um dutoviário de transporte de butadieno, PET, entre outros (ANTAQ, 2012).

A instalação de Suape não implicou somente em expropriações de terra, mas em um processo de urbanização acelerado e não planejado (MACHADO et al., 2009; SILVEIRA, 2010) e em fortes consequências ambientais (BRAGA et al., 1989; CAVALCANTI, 2008). Como já dito, atualmente há vinte e sete comunidades localizadas no Complexo que sofrem permanentes pressões para saírem dos seus territórios (SILVEIRA, 2010). Isso se identifica como condição permanente já que desde a instalação da pedra fundamental até o momento, o Complexo Industrial Portuário de Suape vem sendo modificado, aumentado, continua crescendo, se desenvolvendo em detrimento às comunidades locais.

Este crescimento constante em Suape é parte de políticas públicas de

desenvolvimento que são promovidas desde a década de 1950, perpetuando-se no neoliberalismo e hoje fortalecidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento.

## **POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**

Desde a constituição do Estado nacional as políticas públicas brasileiras criam-se seguindo as diretrizes das políticas internacionais buscando a reprodução sócio-metabólica do capital (MÉSZÁROS, 2011) e perpetuando a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005).

Neste sentido, especialmente desde 1949, quando do discurso de investidura de Harry Truman, o desenvolvimento tem-se tornado a categoria essencial da reprodução do capital e, com esta, a busca incessante por alcançar o ideal da *american way of life* de modernidade, industrialização, ocidentalização, homogeneização (ESTEVA, 2000, LATOUCHE, 2007).

Assim, EUA através de diversos organismos, FMI, BM, BID e especialmente a Organização das Nações Unidas e suas secretarias, ditaram receitas de sucesso para alcançar o desenvolvimento (LATOUCHE, 2007). É neste contexto que se instala no Brasil o

processo de substituição de importações isto é, os lucros do café – e outras matérias-primas menos expressivas – sendo investidos na instalação de indústrias para a modernização do país.

Apesar das diferentes faces do desenvolvimento – social, local, territorial, sustentável–, este significa para os países em desenvolvimento: modernização (com endividamento e dependência), homogeneização social na qual as necessidades básicas são iguais para todos/as (como exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano) e, uma única racionalidade, a ciência ocidental como parâmetro de verdade (ESTEVA, 2000; LATOUCHE, 2007; DE SOUZA SANTOS, 2006). Isso implicou no âmbito nacional, em diferentes períodos desde 1970 até hoje, na implantação de ajustes estruturais ou empréstimos para o desenvolvimento e uma dívida impagável (PORTO-GONÇALVES, 2006). Mas o desenvolvimento nunca se alcança totalmente, o que resta então para a sociedade brasileira, latino-americana e “subdesenvolvida”? A via do desenvolvimento na fase neoliberal que implica financeirização cada vez maior da economia, mercantilização da natureza reforçando cada vez mais o nível de exploração da pobreza, precarização da vida da maioria da população, adequação do trabalho formal dentro de marcos de

empregabilidade flexível implicando em contratos sempre provisórios (ANTUNES, 2009; HARVEY, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2006; THOMAZ, 2006), modernização no campo como pretensa solução à questão agrária, no lugar de uma reforma agrária estrutural (DELGADO, 2005).

É nesse contexto de neoliberalismo que os portos criam uma estrutura tipo *hub port* que implica numa estratégia de ser um *hinterland* no qual se vinculam empresas externas no território, fazendo com que a logística empresarial seja externa e normatizada por padrões globais (MACHADO et al., 2009). Este procedimento é normatizado pela Lei Nº 8 630 de modernização portuária de 1993 e considera-se que como produto desta modernização executada pelo Programa Brasil em Ação (1996), a comercialização pelos portos vem tendo constante crescimento, apresentando em 1995, US\$ 110 bilhões; US\$ 350 bilhões em 2008 e 383 bilhões em 2010 (COMISSÃO DOS PORTOS, 2012). Hoje se escoam pelos portos 95% dos produtos para o comércio exterior (ANTAQ, 2012). O Programa Brasil em Ação, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo objetivo era induzir a modernização a partir de novos investimentos produtivos com parceria público-privada, forneceu a Suape R\$185 milhões para “áreas de serviços

portuários, metalurgia, cerâmica, material cirúrgico, têxteis e embalagens” (BRASIL, 2012).

E no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) os incentivos dos Programas de Aceleração do Crescimento I e II têm fomentado a modernização no Complexo. Suape, com recursos de R\$ 1.4 milhão do PAC I (PERNAMBUCO, 2012), realizou a dragagem do canal interno (68% da obra foi realizada no período de 2007-2010), a dragagem externa (tendo iniciado em novembro de 2010 com continuidade no PAC II) e acesso rodoferroviário à Ilha de Tatuoca (não finalizado no período do PAC I, continuando suas obras após 2010) (BRASIL, 2012).

O PAC II prevê investimentos para o Complexo Industrial Portuário de Suape na finalização das dragagens e na instalação de um terminal de granéis sólidos com um valor estimado de R\$300 milhões (PERNAMBUCO, 2012). Este terminal de granéis sólidos será especialmente para exportação de minério de ferro que chegará pela ferrovia Transnordestina (BRASIL, 2012).

Ou seja, os investimentos que o governo faz são para infraestrutura utilizada pelas empresas multinacionais que além de exportarem os produtos nacionais ficam com os lucros da comercialização. O desenvolvimento

chega ao estado de Pernambuco através de Suape e cria conflitos pela terra, pelo território, pela vida.

## CONFLITOS NAS COMUNIDADES

Apesar das previsões realizadas por alguns cientistas sobre os impactos devastadores, como aqueles que escreveram ou apoiaram o documento “A propósito de Suape” em 1975, o empreendimento foi instalado e continua se desenvolvendo em detrimento da natureza e das comunidades locais (CAVALCANTI, 2008).

Os conflitos são relacionados a diversas questões e em alguns casos é possível identificar as empresas que são responsáveis pelos mesmos. Mesmo assim, considera-se que é a política de desenvolvimento de infraestruturas de transportes aliada ao Programa de Aceleração do Crescimento que permite a reprodução do capital pelas empresas instaladas nesse Complexo. Isso se corrobora pelos incentivos fiscais, fragilidade na legislação e na fiscalização ambiental e construção de toda uma rede de transportes de escoamento de recursos naturais para o Complexo. São conflitos relacionados a poluição sonora, atmosférica, hídrica, controle dos recursos pela construção de barragens (Bita e Utinga), destruição do mangue e

consequente modificação de toda a dinâmica (SILVEIRA, 2010).

Silveira (2010) identifica as comunidades que se encontram dentro ou nas adjacências de Suape e os conflitos específicos para cada uma. O Engenho Mercês (Ipojuca) é uma comunidade que se localiza na zona industrial portuária do Complexo. As aproximadamente 480 famílias estão sendo expropriadas na medida em que se instalam as indústrias petroquímicas e o sustento fica cada vez mais dificultado, já que a prática de colheita de frutas está sendo limitada devido às restrições por parte do Complexo, mas algumas buscam se sustentar da pesca e catação de caranguejo do mangue do rio Tatuoca (SILVEIRA, 2010).

As comunidades Cepovo e Águas Compridas estão sofrendo mudanças nos seus territórios por conta da instalação de uma Estação de Tratamento de Esgoto para a Praia de Gaibu. Essa Estação é fruto da necessidade recente pela urbanização do espaço, o que acarreta em consequências para as comunidades pesqueiras que viviam tradicionalmente à beira da praia e hoje estão sendo expulsas, tanto pela Estação como pela própria urbanização (SILVEIRA, 2010).

Na Ilha de Tatuoca a comunidade vive há 200 anos e têm uma relação metabólica com a natureza intensa. Mas a

instalação do Estaleiro Atlântico Sul está modificando e destruindo todo o mangue, território de pesca dessa comunidade. Assim, as 53 famílias estão se vendo na obrigação de se empregarem no próprio Estaleiro para ter como permanecer nos seus territórios, mesmo que coibidos de reproduzirem suas vidas de maneira relativamente autônoma. Isso implica numa expropriação implícita já que o fato de não poder realizar suas atividades produtivas e nem em todos os casos poderem se empregar no Estaleiro, os moradores devem sair da Ilha. Cabe também ressaltar que como a comunidade encontra-se dentro do Complexo é necessária permissão para aceder ao próprio território (SILVEIRA, 2010).

No Engenho de Tabatinga há uma área de piscicultura que os moradores querem conservar, já que o solo para agricultura não pode ser melhorado em função das coibições do Complexo. Nessa área, pretende-se instalar uma unidade de conservação integral segundo o Plano Diretor do Complexo, por isso, os moradores e moradoras não podem fazer uso da área e assim estão sendo implicitamente expropriados. Há negociações entre as comunidades afetadas e o Complexo de uma possível indenização e novas casas para os moradores que estão sendo expropriados de seus territórios, mas até o momento não

foi efetivado. Elas solicitam que além das casas, seja instalada uma área de piscicultura (SILVEIRA, 2010).

No Engenho Tiriri, em maio de 2012, foram destruídas seis casas e uma igreja. “São os escombros do progresso” segundo comentário em campo de um dos moradores. As famílias receberam indenizações irrisórias para a desapropriação dos dez hectares que tinham, estão morando na casa de um vizinho do mesmo Engenho enquanto constroem seis novas casas em um pequeno terreno de 10 X 27 metros que conseguiram comprar.

Em 2010 os pescadores artesanais da colônia Z8 da Praia de Gaibu fizeram uma denúncia a SUAPE através do Ministério Público reclamando sobre os impactos das dragagens na pescaria, mas não houve nenhuma resposta. Foi então que resolveram encaminhar à ONU a denúncia argumentando que os direitos que constam na Declaração Internacional dos Direitos Humanos e da Organização Internacional do Trabalho vem sendo violados (CPTPE, 2012).

Desde inícios da instalação de Suape há uma permanente mudança nos territórios de vida dos pescadores artesanais locais pelo processo permanente de instalação de indústrias. Isso implica a diminuição de mangue, poluição dos rios Massangana, Tatuoca, Ipojuca e Merepe

(BRAGA et al, 1989), poluição do ar e resíduos sólidos devido às indústrias instaladas, fazendo com que, além dos problemas ambientais, a principal atividade produtiva dos pescadores e pescadoras artesanais seja prejudicada, gerando assim conflitos (e resistências) ambientais e sociais.

Ambientalmente observa-se que a diminuição do mangue, gera concomitantemente, diminuição da biodiversidade marinha devido à falta de abrigo e alimentação de várias espécies aquáticas e aves, desequilíbrio na cadeia trófica, mudança da dinâmica marinha, maior poluição e processos erosivos devido à falta de sedimentação que implica a diminuição do mangue (SANTOS, 2006).

Socialmente a diminuição do mangue gera a diminuição de biodiversidade, significa a escassez de pescados e, portanto, a impossibilidade de vender o suficiente para reproduzir a vida dos pescadores e pescadoras. O empreendimento implica também a poluição das águas, do ar e do próprio solo prejudicando diretamente a saúde dos pescadores/as que habitam as proximidades do mesmo. Mas, acima de tudo, acontece a expropriação dos territórios dessas comunidades. O processo de desterritorialização é a negação da vida dessas comunidades pesqueiras que

reproduzem suas vidas nesses territórios e não em outros.

Os pescadores e pescadoras artesanais atingidos, além de serem desterritorializados perdem autonomia se assalariando, inclusive no próprio Complexo que os expropria. Segundo o Relatório Socioeconômico da Pesca Artesanal do litoral de Pernambuco, aproximadamente 50% dos pescadores artesanais da região de Suape são assalariados (LIRA, 2010). Assim, o capital, mais uma vez acaba com a autonomia, a subjetividade e se apropria da alma do pescador-trabalhador.

Assim a política pública muda a identidade do/a pescador/a e do/a morador/a, tornando-os, no “melhor dos casos” assalariados. O morador/a subsiste, na condição de assalariado/a e expropriado/a de seu território e não quando é relativamente autônomo/a quanto ao seu trabalho e seu modo de vida no território. O trabalho e a vida do camponês e da camponesa – isto é, mantendo uma relação metabólica com a natureza – com o uso de suas artes, conhecimentos e instrumentos; são desqualificados por um modelo avassalador que gera estranhamento, exclusão, negação da vida.

## PRIMEIRAS CONSTATAÇÕES

Os portos, assim como as rodovias, ferrovias, etc. são produto de políticas de desenvolvimento que permitem uma integração eficiente e maior fluidez entre os recursos naturais, os mercados e as empresas, mas ausentam as comunidades locais dessa integração (ACHKAR, DOMINGUEZ, 2006).

A expansão do agrohidronegócio dá vazão aos seus produtos através dos portos, exportando-os para os países desenvolvidos e consumidores das commodities (THOMAZ, 2010). Ao redor destes, portanto, instalam-se empresas diversas que no caso do Complexo Industrial Portuário de Suape é um espaço de vazão dos produtos, circulação e dinamicidade do polo petroquímico e automotivo. Neste caso, o Estado cria isenções fiscais de todo tipo para a instalação desses polos, fomentando o “desenvolvimento do país” através do lucro das empresas.

Em nome do desenvolvimento beneficiam-se diretamente as empresas que se apropriam do território, dos recursos, da mão de obra barata e das isenções fiscais do Estado, em definitiva, para a reprodução do capital. Os impactos negativos são para as comunidades moradoras desse território que sofrem

expropriações, marginalização, dependência, exclusão.

Se desde meados da década de 2000, identifica-se um processo de neodesenvolvimento, este não nega o neoliberalismo senão que o ameniza através de auxílios sociais diversos outorgados pelo Estado para propiciar o consumo e a produção capitalista (GAGO, SZTULWARK, 2011). O Estado especialmente na fase neoliberal que perdura desde os anos de 1990 é um estado fragilizado socialmente, mas fortalecido para a gestão da reprodução do capital, para o lucro das empresas.

Neste sentido, compreende-se que o caminho é a luta e assim atuam as comunidades do litoral de Pernambuco, resistindo, re-existindo. A partir da criação de Reservas Extrativistas – Resex –, Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS – e organizando-se nas colônias de pesca, movimentos sociais, comunidades tradicionais.

Sobre as Reservas Extrativistas para pescadores e pescadoras artesanais, Pedro Silveira (2011) junto à equipe que realizou o relatório final de pesquisa “Reservas extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco”, apesar de não verem as Resex, no atual processo de burocratização, como soluções definitivas, coincidem em aceitar que é uma das

possibilidades de manutenção dos territórios dos pescadores artesanais. A atual reivindicação deste segmento a nível nacional é a criação de uma lei que garanta os territórios pesqueiros para as comunidades. Para isso as comunidades pesqueiras estão se mobilizando durante este ano de 2012 em todos os estados e inclusive em Brasília com a Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Organizam reuniões, passeatas e juntam assinaturas para um projeto de lei que efetivamente a reprodução de seus modos de vida nos seus territórios.

Algumas associações de moradores dos engenhos também têm realizado manifestações contra a violência e a expropriação de seus territórios por Suape. Diversas organizações unidas estão abraçando a luta, como o Movimento Ecosocialista de Pernambuco que vem acompanhando os despejos das comunidades e; a Associação de Geógrafos Brasileiros que no contexto do XVII Encontro Nacional dos Geógrafos fez uma nota de repúdio contra os despejos de maio de 2012 no Engenho Tiriri.

Para além da perspectiva institucionalizada, considera-se necessária a luta autônoma para além do capital. Utilizar-se do Estado para atender demandas imediatas, mas lutando pela emancipação do sistema avassalador,

homogeneizante, colonial, desenvolvimentista. É preciso reinventar mundos possíveis que neguem a propriedade privada e a mercantilização da vida.

A resistência parece apresentar-se nesta classe trabalhadora que se encontra relativamente marginalizada, mas em processo de cooptação. Talvez a relativa autonomia de que gozavam antes de serem arrastados à desterritorialização, à submissão faça com que haja maior resistência à reprodução do capital.

É a luta pela autonomia, pela terra e território, pela manutenção da relação metabólica entre pescadores/as e natureza que os pescadores e pescadoras artesanais pautam na campanha nacional pela regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras. É pela criação de outras racionalidades, pela diversidade social e ambiental e a reprodução da vida nos territórios que se propõe a luta.

## REFERÊNCIAS

- ACHKAR, Marcel; DOMINGUEZ, Ana (coord.) (IIRSA) Integración de Infraestructura Regional Sudamericana: otro paso en la explotación de los pueblos y los territorios sudamericanos. Programa Uruguay Sustentable, Redes – Amigos de la tierra Uruguay, 2006.
- ANDRADE, M. C. Capital, Estado e industrialização do nordeste. Rio de Janeiro, 1981.
- ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Disponível em: <[http://www.antaq.gov.br/Portal/Portos\\_Apresentacao.asp](http://www.antaq.gov.br/Portal/Portos_Apresentacao.asp)> Acesso em 1 jun 2012.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BRAGA, R. A. P.; MOURA, H. F.; DUARTE, M. T. Impactos ambientais sobre a estrutura do manguezal de Suape. Projeto Avaliação de Impactos Ambientais em Zonas Estuarinas de Pernambuco. Recife: UFPE, 1989.
- BRASIL – Ministério dos transportes. Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/bit/05-mar/1-portos/suape.pdf>> Acesso em 2 jun. 2012.
- BRASIL – Secretaria Especial dos Portos da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/programas-e-projetos/pac/pac1.pdf>> Acesso em 2 jun. 2012.
- BRASIL – Secretaria Especial dos Portos da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/programas-e-projetos/pac/pac2.pdf>> Acesso em 2 jun. 2012.
- BRASIL – Secretaria Especial dos Portos da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/programas-e-projetos/pac/211010pac2.pdf>> Acesso em 2 jun. 2012.

- CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento e meio ambiente: o conflito do Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco. Anais IV Encontro ANPPAS, 2008.
- COMISSÃO DOS PORTOS. Disponível em: <<http://www.cportos.com.br/upfiles/arquivos/arquivos/politica-portuaria-comport.pdf>> Acesso em 1 jun 2012.
- CPTPE – Comissão Pastoral da Terra, Pernambuco. Disponível em: <<http://www.cptpe.org.br/index.php/publicacoes/noticias/2-noticia/3186-pescadores-va-a-onu-contra-suape.html>> Acesso em 30 maio, 2012.
- DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.) Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasil: IPEA, 2005.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. IN: SACHS, Wolfgang. Dicionário do desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GAGO, Verônica; SZTULWARK, Diego. El ecuatoriano Pablo Dávalos y sus reflexiones sobre el posneoliberalismo. El centro del problema no es el neoliberalismo, es el capitalismo. Diálogos, Buenos Aires: Página 12, 2011.
- LATOUCHE, Serge. Vida, muerte y resurrección de un concepto. In -----. Sobrevivir al desarrollo. De la descolonización del imaginario económico a la construcción de una sociedad alternativa. Barcelona: Icaria, 2007.
- LIRA, Luiz (coord.). Diagnóstico Socioeconômico da Pesca Artesanal do Litoral de Pernambuco. Recife: Instituto Oceanário de Pernambuco: Departamento de Pesca e Aquicultura da UFRPE, 2010.
- MEDEIROS, Aristófanés Dantas de. Fatores intervenientes na competitividade dos portos brasileiros: um estudo de caso no nordeste. Dissertação do mestrado em Ciências de Engenharia em Produção. Natal: UFRN, 2005.
- MÉSZÁROS, Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PERNAMBUCO – Pernambuco da gente, RMR – SUAPE. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=wdmEBeGIccE&list=PLDD5387DC194BA470&index=20&feature=plpp\\_video](http://www.youtube.com/watch?v=wdmEBeGIccE&list=PLDD5387DC194BA470&index=20&feature=plpp_video)> Acesso em 2 jun. 2012.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>> Acesso em 4 abr. 2011.
- SANTOS, Tarcisio dos. Pesca artesanal e meio ambiente em áreas de manguezais no Complexo Estuarino-Costeiro de Itamaracá, Pernambuco: O caso de Itapissuma. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. João Pessoa: UFPB, 2006.
- SILVA, L. G. Caiçaras e Jangadeiros: Cultura Marítima e Modernização no Brasil, São Paulo, Nupaub, 1993.
- SILVEIRA, Karla Augusta. Conflitos socioambientais e participação social no

Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Recife: UFPE, 2010.

SILVEIRA, Pedro (org.). Reservas extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco – Relatório final de pesquisa. Recife: FUNDAJ, 2011.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social (Encuentros en Buenos Aires). Buenos Aires: Consejo

Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

THOMAZ JR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. Campo-território: Revista de geografia agrária. Vol.5 n°10, 2010.

THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, A; CARVALHAL, M.D; CARVALHAL, T. B. (org.). Geografia e trabalho no século XXI. Vol. 2. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Editora Viena, 2006.